

CONVÊNIO ACADÊMICO



CENTRO DE ESTUDOS DE CULTURA CONTEMPORÂNEA



Pesquisa “Memória da Constituinte (1987-1988)”

Depoimento

BERNARDO CABRAL

EQUIPE DE PESQUISA

Antônio Sérgio Rocha (DCS/Unifesp) - coordenador/editor

Daniel Menezes (Direito/Mackenzie) – coordenador adjunto

Andrei Koerner (DCP/Unicamp)

Ademar Seabra da Cruz Junior (MRE/Itamaraty)

Bernardo Ferreira (DCS/UERJ)

Cicero Araujo (DCP/USP)

Eduardo Noronha (DCS/UFSCar)

Jefferson Goulart (DCH/UNESP)

José Bernardo Cabral nasceu em Manaus em 1932. Graduiu-se em Direito na Universidade Federal do Amazonas em 1954, com especialização em processo civil na Universidade Católica Portuguesa. Foi Chefe de Polícia do Estado do Amazonas (1957), Secretário do Interior e da Justiça (1958) e Chefe da Casa Civil (1959-1960) do Governo Gilberto Mestrinho. Oriundo do sistema político do ex-governador Plínio Ramos Coelho, elegeu-se deputado estadual pelo PTB para o mandato 1962-1966. Foi membro fundador do MDB, pelo qual foi eleito deputado federal em 1966, e Vice-Líder de Mário Covas até a cassação do mandato dos dois pelo AI-5, em fevereiro de 1969. Foi Secretário-Geral da Ordem dos Advogados do Brasil (1979-1981) e seu presidente nacional no biênio 1981-1983. Em 1987, torna a eleger-se deputado federal, dessa vez pelo PMDB. Na Constituinte, venceu a disputa pelo cargo de Relator-Geral contra dois adversários de peso: o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) e o deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG). Em março de 1990, seria escolhido Ministro da Justiça do Governo Collor de Mello, cargo que ocuparia até outubro daquele ano. Em 1994, elege-se senador pelo Amazonas, na legenda do PFL, atuando até o ano de 2003. É assessor da Confederação da Indústria e Comércio.

MDB, OAB e ANC — uma trajetória

Eu me elegi deputado federal pela primeira vez em 1966, chegando à Câmara dos Deputados na mesma Legislatura que Mário Covas. Éramos uma turma de jovens, todos ao redor dos 30 anos, e tínhamos sido fundadores do MDB. Mário era quatro anos mais velho do que eu, e, com a impetuosidade dos jovens, nós o elegemos líder da oposição. Quinze dias depois, fiz um discurso violento contra a internacionalização da Amazônia. Isso me aproximou mais ainda do Mário, e ele me escolheu Vice-Líder do partido.

Apesar de ser engenheiro, Mário pôs por terra a ideia de que só bacharéis em direito eram bons oradores: ele era muito bom orador e argumentador. Na juventude, eu tinha ganho todos os concursos de oratória, tendo sido, inclusive, orador da minha turma na faculdade de Direito. Mário então me chamou para ser o primeiro a defender o mandato do Márcio Moreira Alves, e eu fui para a tribuna da Câmara discursar. Como se sabe, fomos todos cassados. No meu caso, não fui cassado pela ‘Revolução’,¹ nem pela ‘contrarrevolução’. Fui cassado por intrigas regionais. E sabe quem assinou minha cassação? O Ministro Jarbas Passarinho...

Minha cassação aconteceu quando estávamos no Rio de Janeiro, em função do recesso do Congresso Nacional. O estatuto do cassado, feito pelos militares, proibiu que o parlamentar saísse do local onde tinha ocorrido a cassação, e eu fiquei advogando no Rio.

O INÍCIO NA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Fiquei no Rio de Janeiro de 1969 a 1973. Lá, Afonso Arinos² e eu tivemos uma relação muito estreita no Instituto dos Advogados. Àquela altura, o Instituto reunia a nata jurídica e tinha sido presidido pelo Sobral Pinto.³ Houve uma chapa que tinha Afonso Arinos como orador oficial; na outra chapa, o orador era

eu. No dia do discurso, estava chovendo muito, e eu falei assim: “Essa chuva batendo na vidraça me lembra muito as chuvas no Amazonas, as chuvas do meu Estado, em que a folharada fica úmida pelo chão, capaz de criar teias de aranha na alma...”. Tinha umas 40 pessoas no Instituto, e eles pararam para me ouvir. A sorte me favoreceu, e não ao Arinos. Venci. Para mim, era a glória, e a partir daí nós fizemos uma grande amizade. Depois, ele recebeu a Medalha Teixeira de Freitas.⁴ Nessa cerimônia, fui o orador oficial. Eu o saudei nesse dia, ao que ele respondeu: “Se soubesse que eu iria concorrer com um jovem deputado federal cassado, eu não faria isso, em respeito ao que ele tinha passado”. O resultado foi que acabei me tornando conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Seccional da Guanabara e depois conselheiro federal pelo meu Estado, o Amazonas.

Em 1977, na disputa pela presidência nacional da Ordem, havia três candidatos: Carlos Roberto Martins Rodrigues, Josaphat Marinho e Raymundo Faoro. Marinho me conhecia daquele tempo e me chamou para ser Secretário-Geral da OAB. Lá pelas tantas, alguém me disse: “Bernardo, eu acho que você está prejudicando a candidatura do Josaphat Marinho, porque você é cassado e isso pode ter influência na campanha dele”. Telefonei para o Josaphat e disse que estava às ordens para colaborar, para contribuir, mas que ele devia colocar outro secretário como candidato. Assim aconteceu. E talvez de fato eu até o tenha prejudicado, já que Raymundo Faoro o derrotou.

Como não me tinham deixado ser candidato por causa da condição de cassado, na eleição seguinte, fui candidato avulso a Secretário-Geral da OAB. Do outro lado, o candidato à presidência era Eduardo Seabra Fagundes. Fui o único que derrotou a chapa dele, me elegendo Secretário-Geral. E depois, ganhei a presidência da própria OAB. E aí veio a bomba do Riocentro.⁵ Um momento muito difícil, e acho que quem pegou a pior parte fui eu. Com a bomba do Riocentro, tive que fazer declarações dizendo que o inquérito era uma

palhaçada. As ameaças de morte que sofri foram muito grandes. Nunca fiz média com isso, eu tenho horror de quem faz oba-oba com assunto sério.

NA PRESIDÊNCIA DA OAB

Começou então a se desenhar a Conferência Nacional da OAB em Manaus, em agosto de 1980, e o pessoal da minha terra achou que estava no instante de reivindicar alguém do Amazonas para a presidência da Ordem. Na disputa, Eduardo ficou com o Sepúlveda Pertence.⁶ Raymundo Faoro não teve nada a ver com isto, ele foi muito correto. Com o resultado da eleição, venci Pertence com 70% da votação e fui eleito presidente nacional da OAB.

Na verdade, nem eu, nem Pertence tínhamos pontos de divergência com Faoro. As nossas bandeiras eram quase as mesmas; só que eu lutava um pouco mais pelo fortalecimento da classe. Apesar de eu ter sido cassado e Pertence ter sido aposentado compulsoriamente pela ditadura, nós não inserimos nenhum cunho político-partidário na Ordem: era a parte profissional mesma que nos interessava. Por exemplo: criei um lema dentro da Ordem pela valorização dos cursos jurídicos.

Quem conduziu a volta ao Estado de Direito no Brasil foi a OAB, pedindo uma Constituinte exclusiva porque tinha havido uma ruptura no poder. Na época, a frase que eu criei foi: “Sair da excepcionalidade constitucional para um reordenamento constitucional”. Essa era a minha luta como presidente da Ordem, porque estávamos em uma excepcionalidade institucional terrível.

Na OAB, queríamos uma Constituinte que fosse exclusiva, que se dissolveria tão logo terminassem os trabalhos e a Carta fosse escrita. Mas não foi apenas na minha gestão que se lutou por uma Assembleia Nacional Constituinte: a gestão anterior também batalhou pela reconstitucionalização do país, assim como a Associação Brasileira de Educação e a ABI, com o nosso querido Barbosa de Lima Sobrinho, que tantas vezes se reuniu comigo.

PMDB: CANDIDATO A SENADOR CONSTITUINTE

Eu não tinha planos de vir a ser parlamentar constituinte. Mas um pequeno episódio me fez mudar de ideia. Em 1985, eu havia recebido o título de Benemérito do Rio de Janeiro. Na solenidade, estiveram presentes o presidente do tribunal do meu Estado, do tribunal daqui do Rio de Janeiro, o governador do Amazonas⁷ e Leonel Brizola, que falou: “O Bernardo agora é nosso, e vai ser constituinte aqui pelo Estado do Rio”. Mas disseram: “Se Cabral tiver que ser constituinte, terá de ser pelo Estado dele”. Tive de responder que não iria disputar nem num Estado nem no outro. Não pretendia mais voltar à política.

Uma semana depois, eu estava numa reunião e um sujeito foi lá fazer uma palestra. Ele se vira e diz: “Os senhores aqui podem estar certos de que eu serei candidato à Assembleia Nacional Constituinte e vou escrever uma Constituição”. Mas falou tanta asneira que, quando cheguei em casa, disse à minha mulher que estávamos todos perdidos: eu tinha visto um dos sujeitos que iria escrever a Constituição, e isso ia ser uma tragédia. Aí eu me lembrei do convite. Fui ao Raymundo Faoro e lhe falei: “Você lutou pela Assembleia Nacional Constituinte, e somos um pouco responsáveis pela sua convocação. Como você encararia um convite para disputar uma vaga de constituinte? Ele disse: “Deus me livre. Isso aí vai sobrar lama pra gente depois”. E recusou. Não tive condições de recusar também, porque a pressão do meu Estado foi muito grande. Achavam que eu tinha um bom nível, porque já tinha sido professor, presidente da Ordem dos Advogados, e esse fora o meu discurso a minha candidatura. Fui o senador mais votado, porque demonstrei de que talvez fosse o mais preparado para ser constituinte, para ajudar a escrever a Constituição. Mas não pensava de modo algum em ser o Relator-Geral da Assembleia Nacional Constituinte.

A ELEIÇÃO PARA RELATOR-GERAL

Na hora de fazer a composição de cargos na Constituinte, o PFL quis homenagear a grande figura do Afonso Arinos, que era professor de Direito Constitucional e que tinha sido presidente da “Comissão dos Notáveis”.⁸ Quando o PFL escolheu Arinos para presidir a Comissão de Sistematização, automaticamente o cargo de Relator dessa Comissão teria de ir para as mãos do PMDB, que desse cargo não abria mão. Só que Ulysses tinha simpatia por Fernando Henrique Cardoso, que representava São Paulo e era o líder do partido no Senado Federal. Ocorre, no entanto, que Tancredo teria dado um indicativo de que escolheria Pimenta da Veiga (PMDB/MG), mineiro como ele, para relator da Constituinte. E Pimenta era o líder do partido na Câmara dos Deputados. Na reunião em que isso foi posto, eu disse a Ulysses que não poderia concordar com aquilo. Fernando Henrique era sociólogo; não era advogado, não conhecia as entranhas do meio jurídico, e Pimenta da Veiga parece que tinha apenas quatro anos de diplomado. Eu já tinha 32 anos de advocacia, tinha sido cassado pela ditadura e uma intensa atuação na OAB. Além disso, tinha sido professor de direito e membro da comissão de elaboração de estudo e sugestões constitucionais no Instituto dos Advogados Brasileiros. Em função dessa história, Ulysses decide escolher um Relator-Geral e dois correlatores. E aí salta um deputado do Maranhão, Cid Carvalho,⁹ que diz: “Estamos discutindo isso de forma ditatorial. Nós, do PMDB, brigamos pela volta da democracia. Esse lugar de Relator-Geral tem de ser escolhido na bancada”. Fernando Henrique concordou logo, já que ele tinha 30 deputados que lhe eram favoráveis. Pimenta, também uns 36 parlamentares. Eu tinha comigo apenas oito deputados, que era a composição da bancada de deputados federais do Amazonas, sendo três do PMDB. Era uma diferença terrível, mas, como o processo era democrático, aceitei.

No dia da eleição, toda a bancada do partido, os 308 constituintes, estavam lá. FHC foi sorteado para falar em primeiro lugar, eu em segundo e Pimenta em terceiro. Fernando falou bem. Só que, quando entrei, procurei destruir a argumentação dele e, por antecipação, a do Pimenta. Expliquei aos colegas que, como havia sido cassado pelo governo militar, não tinha nenhum compromisso com quem fosse Presidente da República, para ajudar na redação do texto constitucional. Ao final dessa apresentação, colheram-se os votos. FHC foi eliminado, e eu e o Pimenta obtivemos o mesmo número de votos: 85, eu acho. Não lembro com exatidão. Antes da eleição, Mário Covas me disse que, por questão de lealdade a São Paulo, iria votar em FHC. Então lhe disse que não tinha problema. E o Richa,¹⁰ que também tinha sido deputado federal conosco, embora tenha escapado da cassação e que tinha ligação com os militares, também me disse que iria votar no Fernando. Mas, quando Fernando Henrique foi eliminado, no 2º. Turno, o Senado votou disparado em mim, e eu derrotei o Pimenta por 20 votos de diferença. Me tornei, aos 54 anos de idade, o Relator-Geral da Assembleia Nacional Constituinte, escolhido democraticamente pela bancada do meu partido.

A ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS NA CONSTITUINTE

A ideia de descentralizar os trabalhos constituintes não foi de uma pessoa isoladamente, nem mesmo de um só grupo. Ulysses tinha idealizado uma comissão composta de 80 constituintes, com engenheiros, advogados, professores, gente de altíssimo nível. Quando essa notícia chegou aos demais, a briga foi terrível. Muitos disseram: “Vamos ter constituinte de 1ª. classe e constituinte de 2ª. classe”. Ainda não tínhamos terminado nem o roteiro do que iríamos fazer. A grita foi tão forte que Ulysses disse ao Mário: “Bom, então vamos arranjar outra solução”. E a outra solução foi a seguinte. Matematicamente — foi feito no lápis mesmo —, montamos oito comissões temáticas, cada uma delas se subdividindo em três outras. No topo disso tudo,

ficava a Comissão de Sistematização. Assim, se agasalhava todos os 559 constituintes.

MONTANDO A EQUIPE DA RELATORIA

No começo dos trabalhos na Comissão de Sistematização, convidei algumas pessoas para me ajudar na relatoria, inclusive o Fernando Henrique. Ele não guardou mágoa da derrota pela relatoria, mas Pimenta da Veiga, sim: ele não aceitou meu convite. Os meus relatores consignados e comunicados a Ulysses e ao Afonso Arinos eram três. Um deles era Adolfo Oliveira,¹¹ que tinha sido deputado federal aqui do Rio de Janeiro, líder da UDN¹² no passado. Tínhamos convivido em 1967-68 e eu o conhecia muito bem. Apesar de médico, Adolfo era um bom regimentalista. O segundo Relator-Adjunto era um dos políticos mais íntegros que conheci, o Konder Reis.¹³ Ele tinha sido relator da Constituição de 1967, senador e governador de Santa Catarina. E o terceiro, um rapaz jovem que era senador e hoje é prefeito de Porto Alegre, José Fogaça.¹⁴ Jarbas Passarinho também foi ajudar, mas, na relatoria propriamente dita, essa ninguém se meteu. Havia muitos momentos em que tínhamos de excluir uma porção de coisas, e aí valia a força do Relator-Geral, mais do que a do presidente da Comissão de Sistematização. Meus três Relatores-Adjuntos foram mencionados pelo Ulysses no discurso final de encerramento da Constituinte. Eu os escolhi: ninguém se intrometeu em nada, nem os militares, nem Mário Covas, nem ninguém. Os erros que a Constituição tem são meus, os acertos são dos parlamentares constituintes.

AS ATIVIDADES NA RELATORIA-GERAL

O trabalho que desenvolvemos na Relatoria-Geral foi hercúleo, envolvendo a análise – no prazo exíguo de duas semanas — de mais de mil emendas populares, somadas a outras milhares de emendas apresentadas pelos parlamentares constituintes. Nos corredores, as pessoas afluíam - com emendas

populares, os *lobbies*, alguns legítimos, de toda sorte. Mais adiante, na votação do 1º. turno, em julho de 1988, foram apresentadas 1.834 emendas e 38 sessões, realizadas num total de 142 horas e dez minutos. No final, tivemos 330 sessões plenárias em 309 dias. As Comissões Temáticas e as Subcomissões trabalharam 1.109 horas. A Comissão de Sistematização, 263 horas. O Plenário, 1.304 horas e 16 minutos. Total de emendas apresentadas: 62.160. Desse total, examinei pessoalmente 40.813 — uma a uma.

Em que momentos eu precisei de mais paciência para fazer valer seus argumentos como Relator? Foram vários os momentos. Dentre eles, o da discussão da reforma agrária; o da taxa de juros, que foi fixada em 12% ao ano, contra o meu parecer; o da anistia; o da ciência e tecnologia; o da desapropriação; o dos recursos minerais; e o do debate sobre o sistema de governo. Eu era, e continuo sendo, a favor do parlamentarismo. Bom, nós apresentamos o resultado preliminar no dia 26 de junho de 1987, na forma de um Anteprojeto de Constituição com 501 artigos. Eu próprio reconheci os erros e insuficiências do documento, conforme me manifestei na ocasião:

As regras regimentais, que balizam minha ação, cercearam a liberdade de iniciativa do relator. Tal como a grande maioria dos senhores constituintes, também detectei, no Anteprojeto, a par das virtudes e inovações elogiáveis, inconsistências, superfetações, desvios e, acima de tudo, a ausência de um fio condutor filosófico. Em plenário, sem limitação de conteúdo, formularão Vossas Excelências, estou certo – e então sim — as emendas que traduzam ou possam vir a traduzir os anseios da sociedade. A elas se somarão, na época, as chamadas emendas populares, verdadeira manifestação das aspirações da cidadania. Este trabalho será de minha lavra, cuja defesa haverei de assumir, de um lado, sem o mais leve constrangimento, e, de outro, sem qualquer resistência às críticas e contribuições construtivas.

Quando nós terminamos os trabalhos de relatoria, o documento constitucional tinha 245 artigos. Até hoje, todo mundo diz até que a Constituição é prolixa e longa. Só que o material bruto que chegou às minhas mãos era de mais de 2.800 artigos. Na hora em que começamos a sistematizar, a juntar e a escoimar o que se tinha, esse trabalho acabou gerando uma série de adversários. Porque as

peessoas não se lembram da época em que a Assembleia Constituinte foi convocada. Quando isso aconteceu, havia pessoas que tinham sido guerrilheiras, outras que tinham sido aposentadas compulsoriamente, e toda essa gama de pessoas queria colocar um artigo seu no texto constitucional: “Boto meu texto na Constituição e assim ele não será revogado tão cedo”. Mas havia coisas como esta: “Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, à exceção do período menstrual”... O sujeito que propôs isso, um senador do Rio Grande do Sul, ficou meu inimigo. Outro artigo que eu tirei, e cujo autor também se tornou meu inimigo, dizia assim: “Todos os carros oficiais serão pintados da mesma cor. Parágrafo único. O Ministério competente escolherá a cor”. Falei a essa pessoa para não incluir essa matéria, até porque ele ia ser desmoralizado. E tirei esse artigo do Projeto de Constituição, é claro. Mas o autor se aborreceu comigo, porque queria dar uma satisfação à sua paróquia eleitoral.

Alguns podem pensar que isso que vou dizer é promoção pessoal. Mas tenho a impressão de que eu estava vendo um pouco à frente, como relator. Por exemplo: Benedita da Silva¹⁵ fez um belíssimo discurso para nós cortamos relações com África do Sul, e sua argumentação convenceu até mesmo o Passarinho, que era uma expressiva liderança e ligado ao bloco do governo. Ninguém tem ideia do trabalho que tive para derrubar essa emenda, dizendo que, se fosse para cortar relações diplomáticas, também podiam cortar relações com outros países, tais como Israel. No final, a emenda foi derrubada por 2 ou 3 votos. Anos depois, Mandela veio visitar o Brasil, e eu disse: “Se tivéssemos cortado as relações do Brasil com a África do Sul no texto constitucional, o Mandela não botava os pés no Brasil...”.

Isso o pessoal não se lembra. Como não se lembra que, em 1964, quando veio a “Revolução”, quantas pessoas foram cassadas, quantos foram punidas. E só agora se está levantando o que houve de tortura naquela época. Fizemos uma Constituição que é longa, mas ela não é tão maior do que a Constituição de

Portugal e da Espanha — e a nossa, em termos não só de direitos e garantias individuais como de direitos sociais, é muito melhor.

Há um episódio que lembro com muita nitidez. Michel Temer apresentou uma emenda sobre a advocacia e ela se tornou o indispensável artigo 133. Nisso, intervém o Roberto Campos¹⁶ — um dos políticos mais competentes que conheci na vida. Ele era senador pelo Mato Grosso. Na minha mocidade, nós tivemos certa convivência, porque ele tinha feito um discurso sobre o lago amazônico, em que ele protegeu um sujeito, um tal de Robert Panero. Por causa disso, pedi uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o assunto. Bom, nesse episódio da Constituinte, Campos fez um discurso primoroso, arrasando a emenda de Michel Temer que eu havia acolhido: “O nosso relator, que foi presidente nacional da OAB, está fazendo uma reserva de mercado para ele, deputado, no texto constitucional. Mas por quê? O médico também não é indispensável a vida humana? O engenheiro não é indispensável para construir?”. Quando ele terminou, eram palmas que não acabavam mais. Campos ia descendo da tribuna, e aí Ulysses me deu a palavra. Eu lhe disse: “Senador Roberto Campos, permaneça um pouquinho aí. Vossa Excelência comete um equívoco muito grande. Esse dispositivo não está aí para beneficiar nenhum advogado. Esse dispositivo está aí porque, anos atrás, quando eu era simples conselheiro federal da Ordem dos Advogados, um dia nós amanhecemos na nossa reunião a notícia de que três notáveis advogados haviam sido presos e encapuzados, ao sair de suas casas: Heleno Fragoso,¹⁷ Susseking do Rego¹⁸ e George Tavares. Todos os três foram parar no DOI-Codi,¹⁹ e eu disse ao Roberto Campos: “E sabe por quê? Porque eles defendiam presos políticos, com os quais não compartilhavam nem a ideologia nem métodos políticos”. E fui tocando o lado emocional desse jeito: “Agora vou lembrar ao senador Roberto Campos que, quando Napoleão, certa vez revoltado contra os advogados, disse: “Se eu pudesse, cortaria a língua de todos os advogados”. Essa frase ficou famosa. Mas Napoleão ficou mais conhecido pelo Código

Napoleônico do que pelas suas grandes batalhas. E mais: quando ele estava exilado na ilha de Elba, foram os advogados que lhe foram defender. Eu espero que um dia, senador Roberto, ninguém corte a sua língua”. E aí o plenário virou e aprovou a emenda, transformada no artigo 133 da Constituição Federal.

Há um outro trecho da Constituição que também toca nesse tema. É o artigo 5º, §10, que reza: “São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito de indenização”. Esse artigo se deve ao Ulysses Guimarães. Ele tinha ficado profundamente chocado com a matéria de uma revista, que havia publicado estar ele alterado porque estava tomando muito lítio. Ulysses tinha retrucado: “Eu compro lítio com o meu dinheiro, e não com o dinheiro do povo”. Mas me disse: “Bernardo, nós precisamos pôr, de uma vez por todas, um freio nessas pessoas que castigam a vida dos outros. Nós temos que assegurar a intimidade e a vida privada”.

DO PARLAMENTARISMO AO PRESIDENCIALISMO

Quando o sistema parlamentarista foi derrubado, isso foi capitaneado pelo senador Humberto Lucena,²⁰ pelo pessoal ligado ao Brizola e também por uma parte da turma do Ulysses. Covas, não; Mário era parlamentarista, e Lula, que tinha simpatia pelo parlamentarismo, foi obrigado a também participar da derrubada. Nessa hora que derrubaram, estavam do meu lado José Fogaça e o Adolfo. Eu chamei Humberto e Vivaldo Barbosa,²¹ outro líder deles, e lhes disse: “Humberto, vai correndo: ainda há tempo de tirar do texto constitucional a Medida Provisória, porque a MP só convive com um sistema parlamentarista. Se vocês deixarem isso lá, vão transformar o Presidente da República no maior ditador que o Brasil já teve, porque ele vai substituir o Congresso Nacional. Ele edita a Medida Provisória e vai ficar por isso mesmo”. Eles ficaram meio sem graça. Fogaça, que está vivo, outro dia declarou isso em Porto Alegre: “Olhem, Bernardo Cabral advertiu contra a Medida Provisória...”. Pouca gente sabe disso, mas a culpa foi atribuída a nós...

Naquele momento, para tirar esse artigo relativo à MP, era só apresentar uma emenda, que provavelmente seria aprovada. Eu não podia apresentar: aqueles que lideraram o movimento pelo presidencialismo é que deveriam retirar, a responsabilidade era deles. Não mexeram nisso, e é evidente que todos os Presidentes da República a partir de então foram editando medidas provisórias.

O primeiro deles fez uma jogada inteligente: foi ao Supremo Tribunal Federal (STF) para que este interpretasse se as medidas eram auto-aplicáveis, e o STF disse que não, que poderiam ser reeditadas. E eles embutiam nas reedições texto que não fazia parte do original.

A outra frustração que tenho é com relação às normas aprovadas que passaram a balizar o processo de reforma agrária. Para mim, o resultado ficou pior que o Estatuto da Terra do regime militar; é até possível que sejam as regras atuais que explicam as invasões de terras no interior do país, pela a demora para as desapropriações e as dificuldades para as indenizações.

Mas, entre os pontos positivos da Carta de 1988, eu listaria, entre outras coisas, o poder dado ao Ministério Público, a liberdade de informação e as garantias fundamentais. Nisso eu sou taxativo: nenhuma outra constituição do mundo tem garantias para a cidadania como a nossa.

CENTRÃO E ESQUERDAS

Na Constituinte, nenhum grupo isoladamente conseguiu vencer com suas ideias: nem os grupos de esquerda, nem os de direita. Ninguém conseguiu colocar dentro do texto constitucional o seu ponto de vista vitorioso. Tanto que havia o acordo entre as lideranças partidárias, e, quando as lideranças começaram a não concordar, foi criado o *Centrão*.

Esse pessoal do *Centrão* tentou me tirar da relatoria da Constituinte. Fizeram uma reunião no Hotel Nacional dizendo que eu era muito à esquerda. E a turma da esquerda dizia que eu era muito de centro. A certa altura, um deputado de

direita, lá do Pará, chamado Gerson Peres²² — ele está vivo e pode ser consultado sobre isso — pede a palavra e critica duramente quem estava me criticando, dizendo que me conhecia pessoalmente. E propôs que eu continuasse, mas aí já como Relator-Geral da Assembleia Nacional Constituinte.

É bom lembrar que o trabalho dos constituintes refletiu estar o Brasil mobilizado para a tarefa de reordenar democraticamente o país, após a ruptura da ordem constitucional. E a importância para a sociedade brasileira de ter uma Constituição democraticamente votada era evidente para todos. Ademais, não se pode esquecer o instante histórico em que ela foi elaborada, quando participaram da sua feitura políticos cassados, guerrilheiros, banidos, aposentados compulsoriamente, anistiados, revanchistas, sem contar, à época, a chamada dicotomia entre os regimes capitalista e comunista e, mais tarde, a queda do Muro de Berlim e a implosão do Leste Europeu. Portanto, ao trabalho preparatório dos constituintes é que se deve acoplar a globalização.

LOBBIES

No dia-a-dia das atividades da Comissão de Sistematização, era *lobby* de toda parte: *lobby* do Judiciário, *lobby* do Ministério Público — que fez um *lobby* muito forte, porque tinha muita gente na Constituinte que a ele pertencia; *lobby* da agricultura, *lobby* de empresários...

Mas nunca houve *lobby* no PRODASEN.²³ Lá, só entravam Ulysses e os demais constituintes; pessoas de fora eram proibidas de entrar. Naquela época, não havia como identificar as chamadas telefônicas, e íamos para o PRODASEN e ficávamos lá. Houve uma vez que amanheci com o Fogaça e o Konder Reis — Adolfo não aguentou — até às seis horas da manhã. Sai de lá direto para uma entrevista no programa *Bom dia, Brasil*. A gente ficava muito tempo, até para fiscalizar, porque mexiam no material. No PRODASEN, nosso fiscal se chamava Kléber Ferreira Lima, um técnico com doutorado em computação. Houve uma vez que, durante a noite, alguém conseguiu alterar o texto. Mas nós estávamos

atentos, pois ficávamos a noite inteira por lá. Ulysses apareceu no PRODASEN muitas vezes. Serra também aparecia muito lá, por volta das 1h-2h da madrugada, para defender as emendas dele.

Há um episódio que, na época, somente Ulysses ficou sabendo. Eu sofri ameaças com a história para abertura do jogo, que consegui derrubar com 4 votos. Passados vinte anos, só quem soube desse episódio foi Ulysses. Eu tinha uma neta de dois anos de idade. Tocava o telefone, e a minha senhora atendia pensando que era eu. Falavam: “Nós vamos matar o seu marido, sequestrar a sua neta, vocês vão pagar muito caro pelo o que ele está fazendo”. Se identificavam como um tal Comando Delta. Quando eu fui presidente da Ordem dos Advogados, esse Comando Delta também me ameaçou de morte. Não quis comunicar o episódio à imprensa, para não dizerem que isso era mídia política da nossa parte. Ninguém sabe, mas houve essa ameaça.

FORÇAS ARMADAS

Não recebi nenhuma pressão dos militares no meu trabalho na relatoria da Constituinte. E vou dizer por quê. Quando eu era presidente da Ordem dos Advogados, após trinta dias de gestão na presidência da OAB e veio a bomba do Riocentro, fui a Belo Horizonte, a bomba do Riocentro aconteceu na minha gestão, o presidente da Secional de lá o advogado Aristóteles Atheniense. Esse colega convocou uma reunião com a imprensa e um jornalista do *Estado de Minas* fez a seguinte pergunta: “Como o senhor vê essa bomba no Riocentro?”. Respondi que ela tinha partido dos porões do Palácio do Planalto, e o general comandante da região mandou um coronel dizendo que ia me processar pela Lei de Segurança Nacional, que eu ia perder meus direitos políticos etc. Mandeí avisá-lo de que eu já tinha perdido meus direitos políticos por 10 anos, que já tinha sido cassado. E ficou por isso mesmo: não me processaram pela Lei de Segurança Nacional. De modo que não tinha como o Exército fazer pressão sobre mim.

Em seguida, veio a questão da “lei e da ordem”. O problema foi o seguinte: a turma radical da esquerda não queria que determinadas coisas fossem para dentro da Constituição. Era um revanchismo natural, de quem tinha sido punido e perseguido pela ditadura militar. Da turma radical, eu me dava melhor com uma moça de Pernambuco, Cristina Tavares;²⁴ esta não fazia concessões. E lembro que Genoíno é um sujeito conciliador agora, mas, na época, era um radical. Na direita, eu me relacionava bem com o Fiúza,²⁵ que era advogado, entendia de direito civil, então dava para dialogar com ele. Podem falar tudo o que quiserem ao meu respeito; no entanto, o que eu mais fiz foi conciliar. Ulysses falava exatamente isso, e ele me fez uma dedicatória dizendo que o meu talento era, entre outras coisas, o equilíbrio. Você não leva nada adiante se você não tiver um espírito de conciliação.

Em nenhum momento deixei de ter certeza de que a Constituição seria promulgada, apontaria caminhos e indicaria soluções. Mas, para mim, o momento de maior angústia foi quando o presidente Ulysses Guimarães se viu obrigado a deslocar-se para São Paulo a fim de submeter-se a uma angioplastia. Esse momento foi o mais angustiante.

SAULO RAMOS E OS ATAQUES À CONSTITUINTE

Em 1987, com uns seis meses de funcionamento da Constituinte, Saulo Ramos²⁶ fez uma plaqueta terrível contra a Constituinte.²⁷ Terrível mesmo. Dizia que nós estávamos discutindo ovos e galinhas, que, depois de mais de seis meses de atividades, a Constituinte não tinha conseguido promulgar nada. Eu lhe dei uma resposta numa plaqueta em janeiro de 1988, intitulada *O Poder Constituinte: fonte legítima, soberania e liberdade*. Ulysses achou minha resposta brilhante e mandou publicar.²⁸

Saulo Ramos era o Consultor-Geral da República, e Sarney ouvia-o muito — aliás, eram até compadres. Saulo conseguiu meter na cabeça de Sarney que a Constituição iria tornar o país ingovernável. Mas o discurso do Sarney a esse

respeito foi impecavelmente respondido pelo Ulysses. Para mim, o momento mais importante da Assembleia Nacional Constituinte não foi a sua aprovação, foi o discurso de Ulysses de julho de 1988, dizendo: “Nós não viemos aqui para ter medo. Viemos para escrever uma Constituição. Essa Constituição tem cheiro de amanhã, e não cheiro de mofo”.

Ao longo do trabalho da Constituinte, Saulo Ramos foi muito criticado. Eu nunca o critiquei, só lhe mandei uma única resposta por escrito. Mas houve manifestações por parte de Brandão Monteiro e de gente de Pernambuco. Porque era o seguinte: Saulo queria fazer a Constituição, queria meter para cima de nós uma Constituição que ele teria idealizado. Ele tinha um grande auxiliar, mas era um auxiliar só da parte técnica, que não se metia no lado político. Esse auxiliar do Saulo Ramos hoje é ministro do Supremo Tribunal Federal, o Celso de Mello.²⁹ Era um rapaz que tinha uma boa convicção jurídica, dava uns pareceres técnicos bons, mas Saulo era um desastre. FHC disse na sua cara que ele não tinha sido eleito constituinte. Eu sei de um rapaz em São Paulo que foi deputado federal, Vicente Cascione, que era santista, advogado e vice-reitor da Universidade de Santos. Era ele que fazia as petições para Saulo Ramos. Mas essa forma agressiva contra a Assembleia Nacional Constituinte era sem necessidade; saía do argumento jurídico para o quintal do deboche. Acho que ele devia ter muita influência com o Sarney, porque, algumas vezes, Sarney foi uma espécie de pessoa que repetia o que Saulo Ramos dizia.

Dezenove anos depois, ele veio com um livro, de novo agredindo a Constituinte. Carlos Chagas fez um artigo sobre o livro, e esse artigo transcreve uma parte onde eu entro. Eu fiz uma carta para ele e ele a publicou, narrando a história.

Saulo é de São Paulo. A Academia Internacional de Direito e Economia, da qual o presidente de honra é o Professor Yves Gandra Martins, me elegeu por unanimidade, e minha posse foi em 10 de maio de 2009. Agora vejam se nessa turma da Academia figura o nome de Saulo Ramos: não consta...

A REVISÃO CONSTITUCIONAL

A revisão da Constituição de 1988 cinco anos depois de sua promulgação não foi ideia nossa. Isso provinha da Constituição portuguesa de 1976. A emenda foi apresentada por um deputado chamado Joaquim Bevilacqua,³⁰ descendente do grande jurista Clóvis Bevilacqua, que me disse um dia: “Bernardo, vamos imitar a Constituição portuguesa e, ao cabo de cinco anos, fazer uma revisão constitucional”. A ideia começou a crescer, apoiei a emenda e foi aprovada. Seria a grande oportunidade de extirpar do texto o que não cabia e os excessos cometidos. Infelizmente — eu não era parlamentar a essa altura —, foi uma perda fantástica, pois nada absolutamente de importância foi realizado. Só que a Constituição de Portugal previa a sua revisão várias vezes. Em nossa Carta Política, colocar esse artigo prevendo revisão só uma vez não foi fácil, porque a turma radical não queria isso. E só conseguimos porque essa ideia foi muito bem defendida — se não, nem apenas uma vez teria saído aprovada.

O LEGADO POLÍTICO DA CF 88

Não sei como se pode dizer que “o país ficou ingovernável com esta Constituição”, se foi ela que permitiu a passagem democrática dos governos entre Fernando Collor de Mello e Itamar Franco. Lembrem que Collor foi impedido, posto para fora do governo, e quem assumiu o cargo? O Vice-Presidente da República, Itamar Franco. Assumiu em função do texto constitucional, e nenhum militar se insurgiu para querer tomar o poder, porque, na hora da Constituinte, nós os amarramos. Fernando Henrique se elegeu e depois se reelegeu. Lula também se elegeu e se reelegeu, e nós não tivemos nem sombra do que se viu em 1964: o Judiciário está funcionando, o Legislativo está funcionando. Como é que se pode pensar em fazer uma mini-Constituinte, se não há ruptura político-institucional? O que há é o interesse de alguém por alguma coisa... Essa é a minha opinião, respeitando quem pensa diferente. Mas o

quadro de hoje, ano de 2010, não é o quadro de 64. Logo, não sei por que se pensa em tal coisa.

Sem a nova Constituição, o Brasil hoje não estaria respirando o ar saudável das liberdades públicas e civis, enfim restauradas, já que a longa era de autoritarismo e a prolongada fase de transição que lhe sucedeu receberam, então, o selo que as qualifica como etapas históricas superadas, para a formação de nossa cidadania. Vale dizer: ela soterrou a época do obscurantismo e firmou a liberdade de expressão, a liberdade de comunicação, o acesso à informação, o sigilo da fonte, o fim da censura, dentre tantos comandos constitucionais do mais alto valor significativo.

Constituição é, então, o que eu falei antes: não se pode colocá-la a reboque de interesses meramente circunstanciais.

Depoimento concedido em 12 de maio de 2010, na sede da Confederação Nacional do Comércio, no Rio de Janeiro. Participaram da reunião os pesquisadores Ademar Cruz, Antônio Sérgio Rocha, Bernardo Ferreira e Cicero Araujo.

NOTAS

¹ ‘Revolução Redentora’ era a expressão empregada pelos militares e seus apoiadores civis para referirem-se ao movimento de 1964, que pretendia ter livrado o Brasil do perigo comunista.

² Afonso Arinos de Melo Franco nasceu em Belo Horizonte em 1905. Formou-se em 1927 na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro (atual Faculdade Nacional de Direito da UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro), começando a carreira como promotor de justiça da Comarca de Belo Horizonte. Em 1936, iniciou a carreira de professor na Universidade do Distrito Federal ministrando aulas de História do Brasil. Atuou ainda como professor no exterior, ministrando cursos de História Econômica do Brasil na Universidade de Montevideu em 1938; curso na Sorbonne, em Paris, sobre cultura brasileira em 1939 e cursos de literatura na Faculdade de Letras da Universidade de Buenos Aires, em 1944. Em 1946, foi nomeado professor de História do Brasil do Instituto Rio Branco, instituto este responsável pela formação e aperfeiçoamento profissional dos diplomatas de carreira do governo brasileiro. Foi catedrático de Direito Constitucional na Universidade do Estado do Rio de Janeiro e na Universidade do Brasil. Em 1943, Afonso Arinos foi um dos signatários do “Manifesto dos Mineiros”, documento que circulou como carta aberta à população brasileira, pedindo a restauração da democracia e o fim do Estado Novo. Sua carreira política começou em 1947, quando foi eleito deputado federal por Minas Gerais em três legislaturas (de 1947 a 1958). Foi líder da UDN (União Democrática Nacional) até 1956 e depois líder do bloco da oposição ao Governo Kubitschek até 1958. Dois fatos marcaram fortemente a sua presença na Câmara dos Deputados: a autoria da lei contra a discriminação racial, que tomou o seu nome (Lei n. 1.390, de 3 de julho de 1951) e o célebre discurso, pronunciado em 9 de agosto de 1954, pedindo a renúncia do Presidente Getúlio Vargas. Quinze dias depois, o presidente suicidou-se no Palácio do Catete. Em 1958, foi eleito senador pelo Distrito Federal, hoje Estado do Rio de Janeiro. Permaneceu no Senado até 1966, mas afastou-se duas vezes do cargo para assumir o Ministério das Relações Exteriores: no Governo Jânio Quadros, no qual implementou a “Política Externa Independente”, e no regime parlamentarista do Primeiro-Ministro Brochado da Rocha (1963). É de sua autoria o capítulo sobre declaração de direitos que consta da Constituição de 1967. Em meados de 1985, foi nomeado pelo Presidente José Sarney presidente da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais (que ficou conhecida como “Comissão Afonso Arinos”), com o objetivo de preparar um anteprojeto que deveria servir de texto básico para a elaboração da nova Constituição. Em 1986, aos 81 anos, elegeu-se senador pelo PFL (Partido da Frente Liberal). Em 5 de outubro de 1988, proferiu, como representante dos constituintes, o primeiro dos três discursos que marcaram a solenidade de promulgação da atual Constituição do Brasil. Morreu em pleno exercício do mandato de senador, em 1990. À época, encontrava-se filiado ao PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), por defender este em seu programa partidário a implantação do parlamentarismo no país.

³ Heráclito Fontoura Sobral Pinto foi um jurista carioca (1893-1991), que se notabilizou como criminalista defensor de presos políticos. A despeito de ser católico fervoroso, aceitou defender o líder comunista Luis Carlos Prestes, preso no levante comunista de 1935. No caso do alemão Harry Berger, preso e torturado no mesmo levante, Sobral Pinto exigiu do governo a aplicação do artigo 14 da Lei de Proteção aos Animais ao prisioneiro. Defendeu também a

família Guinle da proibição de ter um cassino no Copacabana Palace Hotel, de sua propriedade, tendo sido exitoso na ação. No final da carreira, recusou a indicação ao STF feita por Juscelino Kubitschek, para que não supusessem que a sua defesa da posse do Presidente da República, em 1955, fora motivada por interesses pessoais. Fui muito atuante na OAB e era conselheiro de seu time de coração, o America Football Club, do Rio de Janeiro.

⁴ Na concessão dessa Medalha, o Conselho Superior leva em conta o conjunto dos trabalhos publicados produzidos pelo agraciado, bem como sua contribuição ao Direito e à Justiça. A Medalha Teixeira de Freitas e o Diploma que certifica sua concessão são entregues em sessão solene do Instituto, na qual a saudação da Entidade será proferida por seu Orador Oficial, ou por quem para tanto escolhido pelo agraciado ou por sua família.

⁵ Atentado do Riocentro é o nome pelo qual ficou conhecido um frustrado ataque a bomba que seria perpetrada no Pavilhão Riocentro, no Rio de Janeiro, na noite de 30 de abril de 1981, por volta das 21 horas, quando ali se realizava um show comemorativo do Dia do Trabalhador, durante o período da ditadura militar no Brasil.

⁶ José Paulo Sepúlveda Pertence (Sabará, 21 de novembro de 1937) é professor, jurista e, entre outros cargos, foi presidente do Supremo Tribunal Federal e presidente da Comissão de Ética Pública da Presidência da República.

⁷ Ernesto Adolfo de Vasconcelos Chaves.

⁸ Trata-se da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, ideada por Tancredo Neves e convocada pelo Presidente Sarney, para preparar um documento que serviria de subsídio aos posteriores trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte (1987-88). Pela quantidade de nomes de destaque no cenário público do país, a imprensa a batizou de “Comissão de Notáveis”.

⁹ Cid Carvalho nasceu em Rio Branco, no Acre, em 06 de novembro de 1923. Seus mandatos eletivos foram como deputado federal por sete vezes. Seu mandato de deputado foi cassado e os direitos políticos suspensos por dez anos, na legislatura 1967-1971, em face do disposto no art. 4 do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, expedido pelo Decreto de 7 de fevereiro de 1969, publicado no D.O. de 10/02/1969, p. 1331. Renunciou ao mandato de deputado federal, na Legislatura 1991-1995, em 23 de março de 1994, com efetivação do suplente, deputado Eurico Ribeiro.

¹⁰ José Richa nasceu em São Fidélis (RJ) em 1934. De ascendência libanesa, ainda jovem mudou-se para o Paraná, onde se formou em Odontologia pela Universidade Federal do Paraná, em 1959. Em 1962, foi eleito deputado federal pelo Partido Democrata Cristão (PDC) e, após o golpe militar de 1964, filiou-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), tendo sido um de seus fundadores. Foi reeleito em 1966. Em 1970, foi candidato a senador. Dois anos depois, foi eleito prefeito de Londrina, ficando no cargo entre 1973 e 1977. Em 1978, foi eleito senador da república. Nas eleições de 1982, Richa foi eleito governador do Paraná. No mandato, desenvolveu projetos sociais, engajando-se também na campanha das eleições Diretas Já para a Presidência da República. Em 1986, era eleito senador pela segunda

vez. Mas deixaria o PMDB em 1988 para ser um dos fundadores do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Em 1990, concorreu ao governo do Paraná, ficando em 3º lugar. Richa cumpriu mandato no Senado até 1995, quando voltou a dedicar-se às atividades empresariais. Morreu em 2003.

¹¹ Adolfo de Oliveira foi vice-líder da bancada da UDN, no período 1951-54; líder da UDN, de 1959^a 1962; líder da Maioria e do Governo na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (1962); e líder da bancada do PL na Câmara dos Deputados federais, 1987-90.

¹² União Democrática Nacional, agremiação política cujo eixo principal era o combate ao varguismo.

¹³ Antônio Carlos Konder Reis nasceu em Itajaí em 1924. Bacharelou-se em: Museologia pelo Museu Histórico Nacional (1947); Direito pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) (1949); e Economia (1986), todos os cursos realizados no Rio de Janeiro/RJ. Em 1947, foi eleito Deputado à Assembleia Legislativa de Santa Catarina pela União Democrática Nacional (UDN). Foi quatro vezes Deputado Federal por Santa Catarina, nas legislaturas de 1955 a 2002. Durante a ditadura militar, foi eleito Governador do Estado de Santa Catarina, de forma indireta (pela Assembleia Legislativa), no ano de 1974, pela ARENA. Governou entre 15 de março de 1975 e 15 de março de 1979. Sucedeu a Colombo Salles e transmitiu o cargo para seu primo, Jorge Konder Bornhausen. Foi Relator-Geral do Congresso Constituinte de 1966-1967, experiência que lhe serviria quando, eleito deputado federal em 1986, seria um dos relatores-adjuntos na Assembleia Nacional Constituinte de 1987-88. Faleceu em 2018.

¹⁴ José Alberto Fogaça de Medeiros nasceu em Porto Alegre em 1947. Formado em direito pela PUC-RS, atuou como professor de literatura em curso pré-vestibular e, durante algum tempo, foi professor de direito constitucional nas Faculdades Rio-Grandenses. Foi apresentador de televisão e rádio. Foi também articulista do jornal Zero Hora, do grupo RBS. Em 1972 foi comentarista político na Rádio Jovem Pan, em São Paulo. Também é autor de composições musicais, atuando em parceria com sua mulher, Isabela Fogaça, e tem sucessos gravados com a dupla Kleiton & Kledir, Vítor Ramil, grupo MPB4, Fafá de Belém, Victor Hugo, Nara Leão e com a cantora argentina Mercedes Sosa. Suas composições mais conhecidas são *Vento Negro*, *Cidade do Menino Deus* e *Porto Alegre é demais*, considerado o hino informal da cidade. Iniciou sua vida política pelo MDB sendo eleito deputado estadual em 1978. Após ingressar no PMDB, elegeu-se deputado federal em 1982, sendo o coordenador da campanha das *Diretas Já* em 1984. Em 1986, foi eleito senador pelo Rio Grande do Sul e, na Constituinte, defendeu a adoção do parlamentarismo. Foi um dos responsáveis pela elaboração do texto final da Constituição de 1988. Também atuou como relator dos projetos do Código Civil, do Estatuto da Criança e do Adolescente e da emenda constitucional que criou os juizados especiais. Em 1990, foi lançado como candidato do PMDB à sucessão do Governador Pedro Simon, mas ficou apenas em 3º. lugar. Reeleito senador em 1994, entrou em colisão com decisões do partido em nível nacional e, em 2001, acompanhou o ex-governador Antônio Britto ao deixar o PMDB e ingressar no PPS, pelo qual tentou obter um terceiro mandato como senador, no ano seguinte. Não tendo sido reeleito, abandonou temporariamente a vida política. Em 2004, foi lançado candidato à prefeitura de Porto Alegre pela coligação PPS-PTB em 2004. Foi eleito com cerca de 53% dos votos válidos contra 47% de Raul Pont, encerrando assim um longo ciclo de administrações petistas na capital gaúcha, iniciado em 1988. Deixou a sigla PPS, que o elegeu em 2004 e retornou ao seu antigo partido. Em 2008, concorreu a reeleição pela coligação PMDB-PDT-PTB, tendo

José Fortunati como candidato a vice, e enfrentando vários partidos que estiveram na sua administração, como o PP, PSDB e o próprio PPS, seu partido quando havia sido eleito quatro anos antes. Foi reeleito com 468.773 votos (58,95% dos votos válidos). Em 29 de março de 2010, Fogaça renunciou a prefeitura de Porto Alegre para poder concorrer ao governo do Estado do Rio Grande do Sul, mas foi petista Tarso Genro, que venceu o pleito em primeiro turno com pouco mais de 54% dos votos válidos,^[9] contra os 24,7% de Fogaça. Em 2014, após quatro anos afastado da política, dedicando-se a advocacia e a participação em programas de debate pela televisão e rádio, concorreu pelo PMDB a deputado federal. Apesar de sua expressiva votação (103.006 votos) não foi eleito devido as regras do coeficiente eleitoral.

¹⁵ Política brasileira que viveu durante 57 anos no Morro do Chapéu Mangueira no Leme. Formada em auxiliar de enfermagem, e possui diploma universitário no curso de Serviço Social. Iniciou sua carreira política ao se eleger vereadora do Rio de Janeiro de 1982, após militância na Associação de Favelas do Estado do Rio de Janeiro.

¹⁶ Roberto de Oliveira Campos nasceu em Cuiabá em 1917. Formou-se em Filosofia e Teologia em um seminário católico, seguindo a carreira diplomática após passar no concurso do Itamaraty. Foi nomeado cônsul de terceira classe em Washington, e, nesta cidade, se formou em Economia pela Universidade George Washington. Fez parte da delegação brasileira da Conferência de Bretton Woods, que criou o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. Após isso, juntou-se à representação do Brasil nas Nações Unidas em Nova Iorque, onde fez a sua Pós-Graduação em Economia pela Universidade de Colúmbia. No período em que permaneceu nos Estados Unidos, foi membro da delegação brasileira em diversas reuniões e conferências internacionais. Mais tarde, tornou-se parte da assessoria econômica do presidente Getúlio Vargas, sendo um dos idealizadores da Petrobras, autarquia que havia sido inicialmente pensada como empresa mista sob controle majoritário do Estado ao invés de um monopólio estatal. No Governo Juscelino Kubitschek, foi um dos presidentes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e teve uma participação importante no Plano de Metas. Após o Golpe de Estado de 1964, foi ministro do Planejamento durante o governo de Castelo Branco, quando promoveu muitas reformas econômicas. Foi um dos idealizadores do Banco Central do Brasil, Estatuto da Terra e do FGTS. Em 1982, foi eleito senador pelo seu estado natal, Mato Grosso. Em 1990, ao invés de disputar a reeleição como senador, preferiu se candidatar a deputado federal pelo Rio de Janeiro, tendo sido eleito naquele ano e reeleito em 1994. Em 1998 se candidatou ao Senado Federal pelo Rio de Janeiro, mas foi derrotado por Sartunino Braga por uma diferença de 5% dos votos. Em 23 de Setembro de 1999, foi eleito imortal pela Academia Brasileira de Letras. Faleceu em 2001.

¹⁷ Destacado advogado criminal, jurista e escritor brasileiro. Seu destaque ocorre por ter sido um dos mais importantes advogados de presos políticos na época da ditadura militar. Foi Vice-Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, além de Conselheiro Federal da OAB por vários biênios.

¹⁹ O Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) foi um órgão subordinado ao Exército, de inteligência e repressão do governo

brasileiro durante o regime inaugurado com o golpe militar de 31 de março de 1964, os chamados "Anos de Chumbo".

²⁰ A primeira eleição de Humberto Lucena foi para a Assembleia Legislativa estadual em 1950, sendo eleito pelo PSD. Foi reeleito deputado estadual em 1954 e chega a ter a liderança do partido na casa legislativa. Em 1958, concorreu a uma vaga de deputado federal na câmara e mais uma vez é eleito pelo PSD. Se reelege em 1962, 1966 e 1974. Filiou-se ao MDB. Nas eleições de 1978, foi eleito senador, tornando-se líder do partido no Senado. Com a anistia e o fim do bipartidarismo, torna-se líder do PMDB de 1982 a 1984 e líder do PMDB e do Governo Sarney em 1985. Foi senador constituinte de 1987 a 1998. É de sua autoria a emenda de manutenção do presidencialismo no Brasil na Constituição de 1988. Faleceu em 1998.

²¹ Advogado, professor e político brasileiro. Deputado federal constituinte, filiado ao PDT.

²² Começou sua carreira política no movimento estudantil em Belém, graduando-se em Direito pela Universidade Federal do Pará. Foi diretor regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) no Pará e jornalista. Em 1958, foi eleito deputado estadual pelo PTB, migrando em seguida para a UDN, sendo reeleito em 1962. Após o golpe militar de 31 de março de 1964 e a posterior outorga do bipartidarismo mediante o Ato-Institucional no. 2, ingressou na ARENA, sendo reeleito em 1966, 1970 e 1974. Em 1978, foi eleito vice-governador do Pará por via indireta na chapa de Alacid Nunes. Em 1982, elege-se deputado federal pelo PDS, reelegendo-se em 1986 e 1990. Ausente da votação da Emenda Dante de Oliveira e eleitor de Paulo Maluf no Colégio Eleitoral, votou a favor do *impeachment* do Presidente Fernando Collor. Filiou-se depois a legendas como PPR e PPB, reelegendo-se deputado federal em 1994 e 1998. Derrotado na disputa ao Senado Federal pelo PP em 2002, foi Secretário Especial de Promoção Social no primeiro Governo Simão Jatene. É reeleito deputado federal em 2006. Faleceu em 2020.

²³ Serviço de Processamento de Dados do Congresso Nacional. Era para lá que confluía o material da Constituinte.

²⁴ Maria Cristina de Lima Tavares Correia nasceu em Garanhuns em 1934. Em 1955, formou-se em línguas neolatinas na Faculdade de Filosofia do Recife, mas preferiu seguir carreira como jornalista trabalhando em veículos como o *Jornal do Commercio*, *Diário de Pernambuco*, *Visão*, *Diário da Noite* e *Correio Braziliense*. Nos anos 1960, já no Recife, iniciou sua atuação política, participando de movimentos culturais e estudantis. Na década de 1970, foi assessora de Ulysses Guimarães, presidente do MDB. Eleita deputada federal pelo MDB em 1978, filiou-se depois ao PMDB, do qual tornou-se vice-líder. Com as ausências do titular, tornou-se a primeira mulher a liderar uma bancada na história do parlamento brasileiro, sendo reeleita em 1982 e 1986. Ganhou notoriedade nacional pela defesa intransigente da Política Nacional de Informática, argumentando que, “sem tecnologia nacional, isto é, sem o domínio do ciclo, que vai da tecnologia do projeto à do uso, nenhum país será soberano e, por via de consequência, maiores serão os problemas de sua classe trabalhadora”. Votou a favor da Emenda Dante de Oliveira em 1984 e votou em Tancredo Neves no Colégio Eleitoral em 1985, além de ter participado como relatora da Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação da Assembleia Nacional Constituinte que

elaborou a Constituição de 1988, mesmo ano em que figurou dentre os fundadores do PSDB. Entretanto, a indicação, mesmo posteriormente retirada, de Roberto Magalhães como vice-presidente na chapa de Mário Covas nas eleições presidenciais de 1989 a fez ingressar no PDT, no qual tentou um novo mandato em 1990, mas foi derrotada. Faleceu em 1992.

²⁵ Ricardo Ferreira Fiúza nasceu em Fortaleza em 1939. Na juventude, se transferiu para a cidade do Recife para concluir seus estudos. Graduiu-se em 1963 na Faculdade de Direito da UFPE. Iniciou sua vida política em 1970 se elegendendo deputado federal por Pernambuco pela ARENA. Obteria reeleição por mais seis mandatos, passando pelos partidos PDS, PFL e PPB (posteriormente, mudaria de nome para PP). Foi vice-líder da ARENA e do PDS na década de 1970 no Congresso Nacional e líder do PFL no final da década de 1980. Votou contra a Emenda Dante de Oliveira e foi líder do Governo Collor em 1991 na Câmara. Em janeiro de 1992, foi nomeado Ministro da Ação Social e setembro do mesmo ano, foi nomeado Ministro da Casa Civil do Presidente Collor. Em 27 de setembro, deixou o governo para comandar a tropa de choque na votação do *impeachment* na Câmara. Foi apontado pela CPI do Orçamento como um dos parlamentares que participavam do esquema de distribuição dos recursos orçamentários. A CPI recomendou a cassação do parlamentar, mas ele foi absolvido pelo plenário da Câmara. Foi relator na Câmara do projeto Código Civil, sancionado em 2002, que introduz inovações como a redução da maioria civil de 21 para 18 anos, a extensão da guarda dos filhos aos pais e a concessão de maior autonomia às mulheres chefes de família. Faleceu em 2005.

²⁶ José Saulo Pereira Ramos nasceu em Brodowski em 1929. Coursou a Faculdade Católica de Direito de Santos (SP) e a Faculdade de Direito de Bauru (SP), graduando-se por esta última em 1958. Começou a exercer a profissão em Santos e em seguida transferiu-se para São Paulo, onde ingressou no escritório de advocacia de Vicente Rao, ministro da Justiça de 1934 a 1937 e ministro das Relações Exteriores de 1953 a 1954, de quem se tornaria sócio. De 1950 a 1960 foi também jornalista profissional, tendo trabalhado nos jornais *Diário da Manhã*, de Ribeirão Preto (SP) e *A Tribuna*, de Santos, e no telejornal da televisão Organizações Vítor Cortes (OVC) e na TV Excelsior, em Santos e São Paulo. Colaborou ainda no *Jornal do Brasil*. Assessor do presidente da República Jânio Quadros nos primeiros meses de 1961, trabalhou nessa ocasião com o deputado federal pelo Maranhão José Sarney, de quem se tornou amigo pessoal. Ainda em 1961, integrou a delegação do Brasil na Conferência Econômica da Organização dos Estados Americanos (OEA), em Punta del Este, no Uruguai. Relator da comissão encarregada de criar as bases do Acordo Internacional do Café e criador do certificado de origem na exportação do produto, foi delegado brasileiro à Conferência Internacional do Café realizada no Rio de Janeiro. Após um longo período dedicado exclusivamente ao exercício da advocacia em seu escritório em São Paulo, em fevereiro de 1986, em atenção ao convite do amigo José Sarney, então Presidente da República (1985-1990), assumiu a Consultoria Geral da República, sucedendo a Paulo Brossard. Nesse cargo, redigiu os decretos-leis do Plano Cruzado, programa econômico lançado pelo governo em fevereiro de 1986 com o objetivo de controlar a inflação. Em agosto de 1989 deixou a Consultoria Geral para assumir o Ministério da Justiça, em substituição a Oscar Dias Correia. No Ministério da Justiça, defendeu o fim da figura jurídica do “filho ilegítimo” e prometeu assegurar à concubina, em caso de morte do parceiro, o direito à metade dos bens deste. Apresentou projeto ao presidente Sarney estabelecendo a isonomia salarial entre todos os advogados da União e os procuradores da República. Em março de 1990, ao final do governo Sarney, deixou a pasta da Justiça e voltou a exercer a advocacia no mesmo escritório onde iniciara sua carreira. Nas eleições de outubro seguinte, candidatou-se

sem sucesso a deputado federal por São Paulo na legenda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Sem espaço na televisão, sua campanha concentrou-se em conferências organizadas pelas seções da Ordem dos Advogados do Brasil, em que expunha seu objetivo de trabalhar na revisão constitucional prevista para 1993. Foi professor *honoris causa* pelo Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU). Membro do Instituto dos Advogados de São Paulo e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), publicou diversos livros, entre eles *Divórcio à brasileira* (1978) e *Código da vida* (2007). Faleceu em 2013.

²⁷ *Constituinte: o que pode, o que não pode*. Rio de Janeiro: Alhambra, 1987.

²⁸ Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e de Informação. Coordenação de Publicações. Brasília, 1988.

²⁹ José Celso de Mello Filho nasceu em Tatuí (SP) em 1945. Tornou-se promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo em 1970, atuando na Comarca de Cândido Mota, interior do Estado de São Paulo. Foi assistente jurídico do secretário da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, José Mindlin, de 1975 a 1976, e assessor jurídico do presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa de São Paulo, deputado Flavio Bierrenbach, de 1979 a 1980. Foi também professor de direito civil na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 1977 e 1978. Em 1985, foi nomeado pelo Presidente Sarney para o cargo de assessor jurídico do Gabinete Civil da Presidência da República. Nesse ano e no seguinte, representou o Gabinete Civil em grupo de trabalho liderado pelo Procurador-Geral da República Sepúlveda Pertence para elaborar o anteprojeto da Lei Orgânica do Ministério Público da União. Em 1986, foi nomeado secretário-geral de Saulo Ramos na Consultoria Geral da República, tendo por diversas vezes exercido interinamente o cargo de consultor-geral. Integrou por três vezes, em 1988 e 1989, a lista para preenchimento de vaga de desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo através do quinto constitucional. Foi nomeado pelo Presidente Sarney ministro do Supremo Tribunal Federal em 1989, exercendo a presidência da corte no biênio 1997-1999. Aposentou-se do STF em 2020.

³⁰ Joaquim Vicente Ferreira Bevilacqua nasceu em São José dos Campos em 1944. Foi vereador (1973-1975), deputado federal (1975-1978), prefeito de São José dos Campos (1979-1982, 1989-1990). Em 1990, convidado pelo governador Orestes Quéricia, renuncia ao mandato de prefeito de São José dos Campos para ser secretário do Trabalho e da Ação Social.